

POLÍTICA ECONÔMICA/Fórum Nacional

Ajudar a pobres deve custar US\$ 7 bilhões

Previsão é de Eduardo Modiano, que sugeriu ao governo Collor distribuir cesta básica

RIO — Um dia depois de seu quinto encontro com a principal assessora econômica do novo governo, Zélia Cardoso de Mello, o economista Eduardo Modiano confirmou ontem que a equipe de Fernando Collor de Mello acatou sua idéia de criação de uma cesta básica de consumo para ser distribuída para a população de baixa renda, durante os dois primeiros anos de governo, como alternativa para enfrentar o período mais crítico de estagnação ou recessão da economia. Modiano avaliou em US\$ 7 bilhões em cada ano os recursos necessários para sustentar um programa de distribuição de

alimentos para os pobres e acrescentou que o seu detalhamento (sugeriu que a Igreja se encarregue da distribuição no interior do País) está sendo definido pela equipe do presidente eleito.

Durante o Fórum "Perspectiva do Brasil no próximo governo", organizado pelo ex-ministro João Paulo do Reis Veloso, Modiano detalhou seu plano de estabilização da economia proposto ao governo Collor, que implica duas alternativas. A primeira delas — a ideal, na sua opinião — pressupõe um pacto entre empresários, trabalhadores e governo para um programa de congelamento de preços e salários, criação de cestas de consumo, corte de gastos públicos (inclusive com demissões de funcionários), aumento de arrecadação tributária através da elevação de alíquotas de impostos, eliminação dos incentivos fiscais, pagamento de só 50% dos juros da dí-

vida externa e vendas de empresas estatais. Todas essas ações seriam combinadas simultaneamente com a desindexação real da economia.

Caso não haja espaço para esse grande acordo, ou seja, forças políticas que representam setores da sociedade não concordem em sentar para negociar, Modiano propõe outra versão para seu plano de estabilização, esta mais dura, mais recessiva e de efeito mais à médio prazo, alerta. Todos os ingredientes da primeira versão — inclusive a cesta de consumo — estão contemplados nessa segunda alternativa, à exceção do congelamento de preços e salários, que seria substituído pela liberação de preços e livre negociação salarial, mas com a novidade de ser acompanhado pela desindexação radical da economia. O diretor do Departamento de Economia da PUC destaca, no entanto, que essa liberação de preços não deve ser total,

porque a economia brasileira é composta de muitos setores empresariais monopolizados ou oligopolizados, que devem ter seus preços controlados, entre eles o siderúrgico, indústria automobilística e petroquímicos.

Modiano reconhece que um pacto social não é fácil na atual conjuntura pós-eleitoral, em que o País ficou dividido entre duas tendências políticas. Mas ressalva que os políticos ligados ao presidente eleito estão avaliando a possibilidade desse acordo e procurando as lideranças responsáveis do País para sua consecução. Ele acha viável conseguir os US\$ 7 bilhões necessários para sustentar o consumo de alimentos da população de baixa renda, através da redução de 50% do pagamento dos juros da dívida externa, que liderariam US\$ 5 bilhões, e mais US\$ 2 bilhões com empréstimos externos negociados com países credores.



Paulo Cerciari/AE — 24/8/88

Macedo: "O ajuste vai ferir muitos interesses"